

o poder da geografia  
dez mapas que revelam  
o futuro do mundo  
tim marshall

Tradução de Susana Serrão

Para a juventude da geração covid, que fez a sua parte.  
Agora é a vossa hora!



# ÍNDICE

---

INTRODUÇÃO .....	11
1 — AUSTRÁLIA .....	19
2 — IRÃO .....	47
3 — ARÁBIA SAUDITA .....	77
4 — REINO UNIDO .....	107
5 — GRÉCIA .....	135
6 — TURQUIA .....	159
7 — O SAEL .....	185
8 — ETIÓPIA .....	215
9 — ESPANHA .....	239
10 — O ESPAÇO .....	267
AGRADECIMENTOS .....	291
BIBLIOGRAFIA .....	293



# INTRODUÇÃO

---

*O falcão não consegue ouvir o falcoeiro;  
As coisas desmoronam; o centro não consegue suster; (...)*  
«A Segunda Vinda», W. B. Yeats

**N**O MÉDIO ORIENTE, A VASTA FORTALEZA DO IRÃO E A SUA NÉME-  
sis, a Arábia Saudita, enfrentam-se de cada lado do golfo Pérsico.  
A sul do Pacífico, a Austrália encontra-se entre duas das mais po-  
derosas nações do nosso tempo: os EUA e a China. No Mediterrâneo, a  
Grécia e a Turquia participam de um concurso que tem raízes na antigui-  
dade, mas que amanhã poderá resultar em violência.

Bem-vindo aos anos 20 do século XXI. A era da Guerra Fria, em que os EUA e a União Soviética dominavam o mundo inteiro, está a tornar-se uma lembrança longínqua. Estamos a entrar numa nova era de rivalidades entre grandes potências, em que numerosos atores, até agentes menores, se digladiam pela ribalta. O drama geopolítico até extravasa o nosso domínio terreno, com os países a reivindicarem a atmosfera superior, até à Lua e mais além.

Quando aquilo que foi a ordem estabelecida durante várias gerações se revela temporário é fácil sentir ansiedade. Porém, já aconteceu antes, está a acontecer neste momento e acontecerá outra vez. Há já algum tempo que rumamos a um mundo «multipolar». Na sequência da Segunda Guerra Mundial, assistimos a uma nova ordem: uma era bipolar com um sistema capitalista liderado pelos americanos, de um lado, e, do outro, o sistema comunista imposto pelo que era de facto o Império Russo e a China. Assim permaneceu entre 50 e 80 anos, consoante os limites que quisermos definir.

Nos anos 90 do século xx tivemos aquilo a que certos analistas chamam a década «unipolar», em que o poderio americano quase não teve rival. No entanto, é evidente que agora retrocedemos ao que foi a norma durante a maior parte da história humana — uma era de múltiplas rivalidades pelo poder.

Não é fácil situar o princípio; não há um acontecimento único que tenha desencadeado uma mudança. Porém, há momentos em que temos um vislumbre de algo, e o mundo opaco da política internacional ganha clareza. Tive uma experiência assim numa noite de humidade estival no ano de 1999 em Pristina, a degradada capital do Kosovo. A dissolução da Jugoslávia em 1991 tinha redundado em anos de guerra e derramamento de sangue. Em 1999, os aviões da NATO expulsaram à força de bombardeamentos as tropas sérvias do Kosovo, e as forças terrestres aguardavam para entrar na província vindas de sul. Durante o dia ouvimos rumores de que partira da Bósnia uma coluna militar russa, no intuito de garantir que a Rússia manteria a sua influência tradicional em assuntos sérvios.

Durante uma década, a Rússia estivera fora de jogo, empobrecida, insegura, uma sombra do que tinha sido. Assistira impotente ao «avanço» da NATO sobre as suas fronteiras ocidentais, pois os povos das nações que outrora subjugara votavam repetidamente em governos empenhados em aderir à NATO e / ou à UE; na América Latina e no Médio Oriente, a sua influência também esmorecera. Em 1999, Moscovo chegara a uma decisão relativa às potências ocidentais — daqui não passam. O Kosovo era um risco na areia. O presidente Ieltsin ordenou a intervenção da coluna russa (embora se pense que Vladimir Putin, político nacionalista de linha dura já na calha para o poder, teve um papel nessa decisão).

Eu estava em Pristina quando a coluna blindada russa rolou pela rua principal nas primeiras horas da manhã, rumo ao aeroporto do Kosovo, nos arredores da cidade. Consta-me que o presidente Clinton soube dessa chegada, antes das tropas da NATO, pelo meu relatório intitulado «Os russos entraram na cidade e voltaram ao palco mundial». Não era material digno de um Pulitzer mas, enquanto rascunho da História, cumpriu a sua função. Os russos tinham reivindicado um papel no maior acontecimento do ano e anunciado que a maré da História, até então contra eles, seria desafiada. Em finais da década de 90, os EUA não tinham rivais aparentes, o Ocidente parecia triunfante nos assuntos globais. Todavia, começara a contraposição. A Rússia já não era a potência temível de outrora — agora era uma entre muitas —, mas os russos lutariam para se afirmar onde

pudessem. Continuariam a provar isso mesmo na Geórgia, Ucrânia, Síria, entre outros.

Quatro anos depois encontrava-me na cidade de Karbala, Iraque, um dos lugares mais sagrados do Islão xiita. Saddam Hussein tinha sido derrubado pela coligação americana e britânica, mas a insurgência já se fazia sentir. No domínio de Saddam (muçulmano sunita) tinham sido banidos muitos dos cultos xiitas, incluindo rituais de autoflagelação. Num dia escaldante, assisti à entrada de mais de um milhão de xiitas em Karbala, vindos de todo o país. Muitos dos homens flagelavam-se nas costas e mutilavam a testa até ficarem ensanguentados pelo corpo inteiro, e o sangue escorria até tingir de vermelho o pó da estrada. Eu sabia que, além da fronteira a leste, a maior potência xiita que era o Irão usaria todos os truques para fomentar um governo iraquiano dominado por xiitas, o qual serviria para projetar o poderio de Teerão ainda com maior incidência a ocidente, em todo o Médio Oriente, ligando-se até aos aliados do Irão na Síria e no Líbano. A geografia e a política tornavam-no quase inevitável. A minha interpretação desse dia poderá resumir-se assim: «Parece religioso, mas também é político, e as ondas deste fervor hão de chegar longe, ao Mediterrâneo.» O equilíbrio político mudara, e o alcance crescente do poderio iraniano acabaria por desafiar o domínio dos EUA na região. Karbala serviu de cenário para começar a pintar esse quadro. Infelizmente, haveria uma cor dominante — vermelho-sangue.

Foram apenas dois momentos seminais que ajudaram a moldar o mundo complicado em que nos encontramos, enquanto uma miríade de forças empurra, puxa e, por vezes, colide naquilo a que outrora se chamava «o grande jogo». Ambos os momentos me deram um vislumbre do sentido por onde nos dirigíamos. Começou a ficar ainda mais claro com o desenrolar dos acontecimentos no Egito, na Líbia e na Síria, na primeira década do século XXI. O presidente egípcio Mubarak foi deposto num golpe de Estado em que os militares empregaram um violento teatro de rua para escamotear a investida; na Síria, o presidente Assad esteve por arames até ser salvo pelos russos e os iranianos. Nos três casos, os americanos fizeram saber que não salvariam os ditadores com quem tinham negócios há décadas. Os EUA retiraram-se paulatinamente do palco internacional, durante os oito anos da administração Obama, numa manobra continuada nos quatro anos de Trump. Entremetidos, outros países como, por exemplo, a Índia, a China e o Brasil, começaram a emergir na qualidade de novas potências mundiais, com economias em rápido crescimento e em busca de expandir a sua influência global.



Houve sempre desagrado perante a ideia de que os EUA desempenharam o papel de «polícia do mundo» no pós-guerra do segundo conflito mundial. Podemos defender aspetos positivos e negativos dessas ações. No entanto, seja como for, à falta de um polícia são várias as fações desejosas de policiar a própria zona. Quando existem fações concorrentes aumenta o risco de instabilidade.

Os impérios entram em ascensão e em declínio. As alianças estabelecem-se e depois dissolvem-se. O *status quo* na Europa depois das guerras napoleónicas durou cerca de 60 anos; o «Reich dos Mil Anos», pouco mais de uma década. É impossível saber qual a oscilação do equilíbrio de poderes nos próximos anos. Existem indubitavelmente gigantes económicos e geopolíticos que continuam a ter grande impacto nos assuntos globais: os EUA e a China, claro, bem como a Rússia, as nações coletivas da Europa na UE, o poder económico em rápido crescimento da Índia. Ora, as nações mais pequenas também importam. A geopolítica implica alianças e, com a ordem mundial em constante transformação, nesta altura as grandes potências precisam das pequenas e vice-versa. É uma conjuntura em que países como, por exemplo, a Turquia, a Arábia Saudita e o Reino Unido têm oportunidade de se posicionarem estrategicamente para um futuro poder. De momento, o caleidoscópio continua em trepidação e as peças ainda não se encaixaram.

Em 2015 escrevi um livro intitulado *Prisioneiros da Geografia*, em que visava mostrar como a geografia afeta a política global e molda as decisões que as nações e os seus líderes são capazes de tomar. Escrevi sobre a geopolítica da Rússia, da China, dos EUA, da Europa, do Médio Oriente, de África, da Índia e do Paquistão, do Japão e da Coreia, da América Latina e do Ártico. Queria focar os maiores intervenientes, os grandes blocos geopolíticos ou regiões, no intuito de proporcionar uma panorâmica global. Porém, há muito mais a dizer. Embora os EUA continuem a ser o único país capaz de projetar um poderio naval sério em dois oceanos ao mesmo tempo, os Himalaias ainda separem a Índia e a China e a Rússia continue vulnerável nas planícies a oeste, estão sempre a surgir novas realidades geopolíticas e há outros intervenientes merecedores de atenção e com o poder de moldar o nosso futuro.

À semelhança de *Prisioneiros da Geografia*, *O Poder da Geografia* observa montanhas, rios, mares e betão para compreender as realidades geopolíticas. A geografia é um fator-chave na limitação do que a humanidade pode ou não fazer. Sim, os políticos têm importância, mas a geografia tem mais. As escolhas que as pessoas fazem, agora e no futuro, nunca estão

apartadas do seu contexto físico. O ponto de partida da história de qualquer país é a sua localização relativamente aos vizinhos, às rotas marítimas e aos recursos naturais. Vivemos numa ilha varrida pelo vento na periferia do oceano Atlântico? Estamos bem colocados para aproveitar o vento e as ondas. Vivemos num país em que o Sol brilha 365 dias por ano? Os painéis solares são o caminho. Vivemos numa região com minas de cobalto? Pode ser uma bênção e uma maldição.

Permanece entre certas pessoas um desdém por este ponto de partida, pois consideram-no determinista. Tem-se falado de um «mundo plano», em que as transações e as comunicações financeiras pelo ciberespaço acabaram com a distância e a paisagem perdeu sentido. Todavia, é um mundo habitado meramente por uma fração de pessoas, que até podem comunicar por videoconferência e depois sobrevoar montanhas e mares para falar ao vivo e em pessoa; porém, não é essa a experiência da maioria dos outros oito mil milhões de pessoas no planeta. Os lavradores egípcios continuam a depender da água da Etiópia. As montanhas a norte de Atenas continuam a estorvar o comércio com a Europa. A geografia não é uma sina — os seres humanos têm voto na matéria —, mas importa.

São muitos os fatores que têm contribuído para o que será uma década de incerteza e divisão neste progresso para a nova era. Globalização, anti-globalização, covid-19, tecnologia e alterações climáticas, todos têm tido grande impacto e todos constam deste livro. *O Poder da Geografia* analisa certos acontecimentos e conflitos que têm surgido no século XXI com potencial para consequências abrangentes num mundo multipolar.

O Irão, por exemplo, está a moldar o futuro no Médio Oriente. Estado pária com intenções nucleares, tem de manter aberto o seu «corredor» xiita até ao Mediterrâneo, via Bagdade, Damasco e Beirute, a fim de manter a influência. A Arábia Saudita, seu antagonista regional, é um país erigido sobre petróleo e areia, e tem contado sempre com os aliados americanos. Contudo, perante o declínio da procura de petróleo e a maior independência energética por parte dos EUA, o interesse deste país no Médio Oriente irá esmorecer lentamente.

Noutras paragens é a água, e não o petróleo, a causar tumultos. Sendo «o depósito de água» de África, a Etiópia detém vantagem crucial sobre os vizinhos, particularmente o Egito. Trata-se de um dos lugares fulcrais para as potenciais «guerras da água» deste século, mas também mostra o poder da tecnologia, consoante a Etiópia recorrer à hidroeletricidade para mudar a sua sorte.

Já não é opção em muitas partes de África como, por exemplo, no Sael, essa vasta região de mato rasteiro na extrema meridional do Sara, região dilacerada pela guerra que abrange antigas divisões geográficas e culturais, e onde a Al-Qaeda e o ISIS agora detêm influência parcial. Muita gente fugirá, alguma rumo à Europa. O que já é uma grave crise humanitária só terá tendência a piorar.

Enquanto porta para a Europa, a Grécia é um dos primeiros países a sentir os efeitos das novas vagas de migração. A sua geografia também a situa no âmbito de uma das áreas problemáticas na geopolítica de anos vindouros: o Mediterrâneo oriental, onde jazidas de gás recém-descobertas levam este estado-membro da UE à beira do conflito com uma Turquia cada vez mais agressiva. A Turquia, que já faz provas de força no Mediterrâneo oriental, tem ambições muito mais vastas. O programa político «neo-otomano» decorre da sua história imperial e posição na encruzilhada do Oriente e do Ocidente, e visa realizar o destino da nação assumindo-se como grande potência global.

Outra nação que perdeu o império, o Reino Unido, um grupo de ilhas gélidas na extrema ocidental da planície do Norte da Europa, ainda está à procura do seu papel. Depois do Brexit poderá encontrar um, enquanto potência europeia intermédia a criar laços políticos e económicos pelo mundo fora. Ora, os desafios enfrentados são internos além de externos, pois debate-se com a perspectiva de uma Escócia independente.

A sul, a Espanha, uma das nações mais antigas da Europa, também enfrenta a ameaça de cisão dos nacionalismos regionais. A UE não pode dar apoio à luta pela independência da Catalunha; porém, a rejeição de um Estado incipiente poderá deixar a porta aberta à influência russa e chinesa no seio da Europa. As dificuldades de Espanha são o epítome da fragilidade de certos estados-nação e das alianças supranacionais, no século XXI.

Não obstante, talvez o desenvolvimento mais fascinante da nossa época seja o facto de as lutas de poder geopolítico estarem agora a livrar-se de barreiras terrestres e a projetarem-se no espaço. Quem é o dono do espaço? Como é que se decide? Nunca há realmente uma «última fronteira», mas não conseguiremos chegar mais perto do que isso, dado que as fronteiras tendem a ser lugares selvagens e sem lei. Acima de certa altura não há território soberano; se eu quiser destacar o meu satélite armado com *lasers* diretamente para cima do país do leitor, que lei irá invocar para me dizer que não posso? Com vários países na corrida ao poderio espacial, e as empresas privadas a entrarem também, está o circo montado para uma perigosa

corrida às armas de ponta, a menos que se aprenda com erros passados e se aceite os muitos benefícios da cooperação internacional.

Porém, começaremos aqui na terra, num lugar considerado durante séculos isolado e ignoto, mas que agora, estando entre a China e os EUA e com o poder de moldar os acontecimentos na região indo-pacífica, é personagem fulcral na nossa narrativa: a ilha-continente, a Austrália.



CAPÍTULO 1

AUSTRÁLIA

---

«Joga duro até ao fim. Mói-os até ao pó.»  
Don Bradman, jogador de críquete





O C E A N O P A C Í F I C O

Equador

120°

130°

I A

Nova Guiné

PAPUA-NOVA  
GUINÉ

Mar de  
Arafura

ILHAS  
SALOMÃO

Mar de  
Coral

Território  
do Norte

Queensland

20°

A U S T R Á L I A

Austrália  
do Sul

Brisbane

Nova Gales  
do Sul

Adelaide

Sydney

Vitória

Território da Capital da Austrália  
C A M B E R R A

Melbourne

Mar da  
Tasmânia

120°

130°

Tasmânia



**A** AUSTRÁLIA ESTAVA NO MEIO DE NENHURES, FEZ-SE GRANDE ALGURES, e agora está na ribalta. Como é que isto aconteceu? A terra «lá em baixo» é uma ilha que não se parece com qualquer outra. É imensa — a ponto de ser também um continente que engloba floresta subtropical, deserto escaldante, savana ondulante e montanhas cobertas de neve. Ir de automóvel de Brisbane a Perth é atravessar um país, mas faríamos a mesma distância de Londres a Beirute via França, Bélgica, Alemanha, Áustria, Hungria, Sérvia, Bulgária, Turquia e Síria.

Quanto a estar no meio de nenhures, bem, de Brisbane para noroeste pelo oceano Pacífico são 11.500 quilómetros até aos EUA, para leste fica a América do Sul a 13.000 quilómetros, e para oeste de Perth pelo oceano Índico são 8.000 quilómetros até África. Mesmo a «vizinha» Nova Zelândia fica 2000 quilómetros para sudeste, e de lá até à Antártida são mais 5000 quilómetros de água. Só quando olhamos para norte conseguimos ver a verdadeira posição da Austrália em termos geopolíticos. Lá está, uma democracia avançada, orientada para o Ocidente, com um território imenso e, situada mais acima, a mais poderosa ditadura económica e militar do mundo — a China. Juntemos tudo e vemos um continente/Estado nacional posicionado mesmo no meio do Indo-Pacífico — a força económica do século XXI.

A história começa quando os britânicos decidiram deportar os condenados, pois queriam-nos o mais longe possível, e depois já não queriam nada com eles. Não há lugar melhor do que o fundo do mundo, de onde nunca poderiam regressar, pois não? Foram trincafiados e a chave deitou-se fora. Todavia, e com o tempo, à medida que o mundo longínquo foi mudando, as grades da geografia torceram-se e a Austrália deu consigo a intervir no palco da política global. Durante muito tempo foi uma viagem infernal.

Na citação que inicia este capítulo, Don Bradman poderá ter feito referência ao críquete com a Inglaterra, mas as suas palavras estão enraizadas numa psique australiana que tem sido forjada pela geografia do país. O conceito popular do espírito aussie igualitário, frontal, sem meias-medidas, indómito, poderá ser um lugar-comum, mas também é bem real. Emergiu numa terra vasta e abrasadora, muita da qual inabitável, e de onde irrompeu uma sociedade próspera e moderna, que passou de ser praticamente monocultural a uma das mais multiculturais em todo o mundo.

Agora, a Austrália olha em redor do bairro e pergunta-se que papel deverá desempenhar, e com quem deverá jogar.

No que respeita à política e à defesa externa, o ponto de partida de um país não é o que tenciona fazer, mas aquilo de que é capaz, o que está

frequentemente limitado pela geografia. A dimensão e a localização da Austrália são tanto forças como fraquezas. Protegem-na de invasões mas também lhe atrasaram o desenvolvimento político. Tornam necessárias extensas ligações comerciais de longo curso que, por seu turno, exigem uma marinha robusta para garantir a abertura das rotas marítimas. Além disso, a Austrália está isolada pela distância dos seus aliados fulcrais.

A Austrália só se tornou uma ilha há cerca de 35 milhões de anos, depois de se separar da Antártida e de vogar para norte. Encontra-se atualmente em rota de colisão com a Indonésia, mas não é caso para alarme para os habitantes de ambos os países, pois desloca-se sete centímetros por ano, logo, dispõem de vários milhões de anos de preparação para o embate.

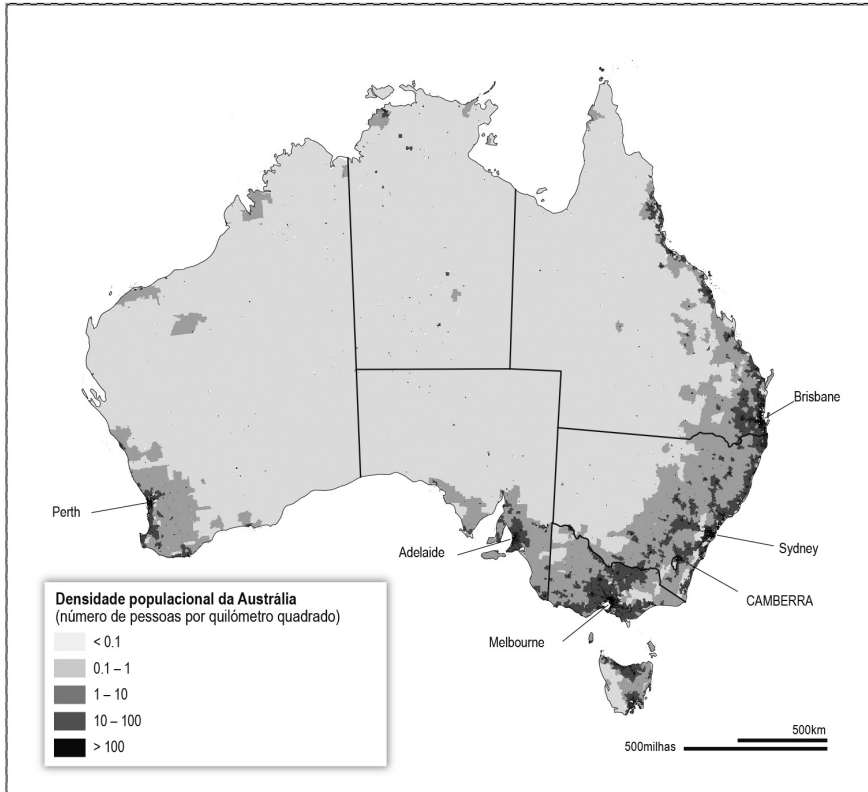
Com 7,5 milhões de quilómetros quadrados, a Austrália é o sexto maior país do mundo. O território moderno consiste em seis estados; o maior é a Austrália Ocidental, que representa um terço do continente e é maior do que todos os países da Europa Ocidental juntos. Em seguida, em termos de tamanho, vêm Queensland, Austrália do Sul, Nova Gales do Sul, Vitória e a ilha da Tasmânia. Há dois territórios principais, o Território do Norte e o Território da Capital da Austrália, e numerosos territórios menores, incluindo as ilhas Cocos e a ilha do Natal.

A vida na Austrália apresenta muitos desafios. Para começar, entre tornar-se uma ilha e a chegada de humanos (há cerca de 60.000 anos) houve tempo de sobra para o desenvolvimento de singularidades na fauna australiana. Dado que tantos dos animais parecem querer morder, picar, debicar ou envenenar, é assombroso que, nestes 30.000 anos desde a chegada dos humanos, estes se tenham espalhado pelo continente inteiro.

O desafio mais difícil de evitar está na própria terra e no clima. Grande parte do terreno consiste em planícies vastas e áridas, pois apenas seis por cento passam os 600 metros de altitude. Enquanto continente, demonstra extrema diversidade de clima e topografia, de desertos a florestas tropicais e a montanhas cobertas de neve. Ora, a maioria compreende aquilo a que se chama Outback, cerca de 70 por cento da Austrália, em grande parte inabitável. As grandes planícies e desertos do interior, onde as temperaturas estivais atingem normalmente 38° C e pouca água se encontra, estendem-se a grandes distâncias sem apelo nem agravo, nem ninguém que possa ajudar em caso de problemas.

Em 1848 fez-se uma tentativa de atravessar o continente de leste a oeste, de Brisbane a Perth, que saiu gorada quando o chefe da expedição, Ludwig Leichhardt, e a sua equipa — um grupo de sete homens, incluindo dois guias

aborígenes, 50 vitelos, 20 mulas, sete cavalos e uma montanha de equipamento — simplesmente desapareceram. O vasto Outback encerra muitos segredos, entre eles o destino de Leichhardt. As buscas continuam até hoje.

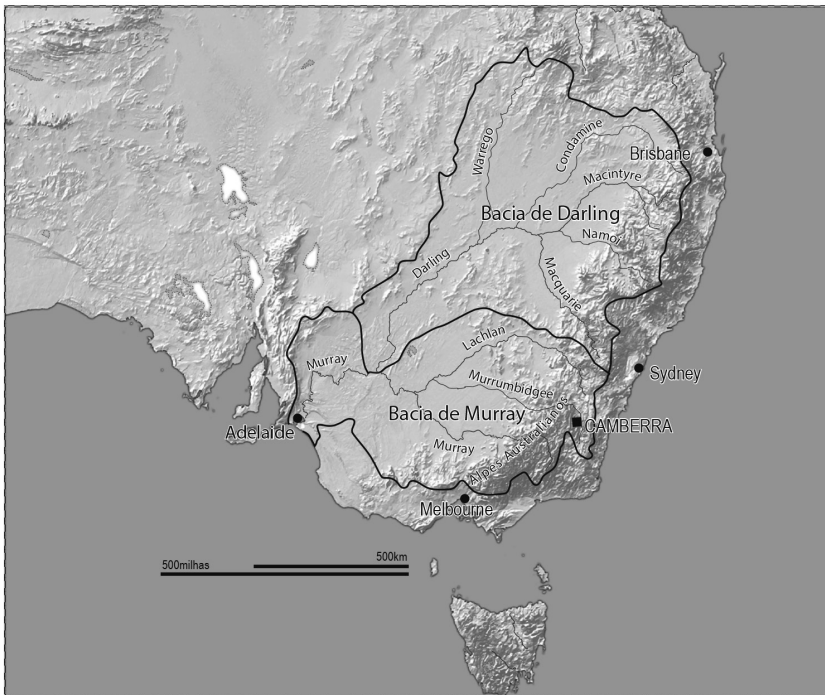


*Grande parte do Outback australiano é inabitável; a maioria da população australiana encontra-se no Sudeste do país, ao longo do litoral.*

Durante milénios, esta geografia tem vindo a ditar onde se realiza a atividade humana. Enquanto os aborígenes encetavam a «volta» ritual no Outback, os colonos europeus tendiam a instalar-se no litoral, numa prática que continua até hoje. Há uma faixa em forma de meia-lua de zonas povoadas, a começar em Brisbane e a subir pela costa leste; agarra-se ao litoral, passando por Sydney, Camberra, Melbourne, e vai até Adelaide, na costa sul. Ao longo da meia-lua e rumo a oeste encontram-se os subúrbios e as localidades-satélites, que se estendem para o interior em cerca de 320 quilómetros, até acabarem quando se passa as montanhas rumo às extremas regiões setentrionais. Do outro lado, na costa oeste, fica Perth, muito

mais a norte temos Darwin, mas também aí as populações se cingem às zonas costeiras. Muito provavelmente continuará a ser assim.

Há um século, o fundador da cátedra de Geografia na Universidade de Sydney, Griffith Taylor, provocou indignação quando sugeriu que, devido à topografia da Austrália, a população se limitaria a cerca de 20 milhões até ao ano 2000. Atreveu-se a afirmar que o deserto australiano era «quase impraticável» para colonização permanente, um sentimento considerado antipatriótico. «Jeremias!», berrava a imprensa. «Determinismo ambiental!», resmungavam os políticos, que preferiam a narrativa tipicamente americana de expansão constante e «de um mar cintilante ao outro». Tinha razão; eles não. Volvidos cem anos, a população australiana não passa de 26 milhões. Mesmo hoje em dia podemos voar os 3200 quilómetros de Sydney a Darwin, ou a Perth, sem avistar uma única povoação. Quase 50 por cento da população reside em apenas três cidades — Sydney, Melbourne e Brisbane. Não é coincidência que seja esta a localização da bacia hidrográfica Murray-Darling.



*A bacia hidrográfica Murray-Darling sustentou as primeiras colónias europeias do Sudeste australiano.*

A maioria dos rios do país são de curso sazonal e as ligações fluviais nunca fizeram parte do desenvolvimento. O caudal anual de todos os rios do continente representa menos de metade daquele do rio Iangtsé, na China. Se excluirmos a Tasmânia, os únicos rios com curso permanente encontram-se nas regiões a leste e sudoeste. Os maiores são o rio Murray e o seu afluente Darling. Alimentado pelo degelo das neves dos Alpes Australianos, o rio Murray tem volume suficiente para correr ininterrupto por 2500 quilómetros até à costa sul. Certas partes são navegáveis e é a joia da coroa da bacia hidrográfica Murray-Darling. Todavia, os navios não conseguem entrar vindos do mar, o que limita a capacidade de transportar mercadorias. Serviu no século XIX para comércio a montante, mas até essas pequenas embarcações tinham problemas com a escassez de precipitação, havendo até algumas encalhadas a montante, em afluentes secos. Não obstante, a rede Murray-Darling contém as terras férteis que têm alimentado e dessedentado gerações de australianos. Sem ela, os primeiros colonos mal teriam saído da praia.

Vale a pena comparar a história da Austrália com a de outra experiência colonial — os EUA. Partiu igualmente de colónias numa fértil costa leste, e depois rumou ao interior. Porém, uma vez transposta a cordilheira dos Apalaches, essa nação incipiente expandiu-se na maior rede hidrográfica do mundo e situada em terras férteis — a bacia hidrográfica do Mississípi. Na Austrália, uma região de tamanho semelhante não tinha praticamente nada para sustentar transporte, lavoura e povoações permanentes, e encontrava-se muito mais isolada das redes de comércio internacional do que a América: eram 19.000 quilómetros até ao Reino Unido, ao passo que as 13 colónias dos futuros EUA estavam a meros 5000 quilómetros da Europa.

Persiste o equívoco comum de que o capitão Cook inglês «descobriu» o continente em 1770. Tirando o problemático termo «descoberta», o primeiro desembarque registado ocorreu em 1606, quando Willem Janszoon e a tripulação do veleiro holandês *Duyfken* foram a terra no Norte da Austrália. Janszoon pensou que estava na ilha da Nova Guiné e, após um encontro hostil com os nativos, não tardou a partir. Houve várias outras expedições europeias, mas em nenhuma se deram ao trabalho de desbravar a terra.

Quando Cook apareceu, era evidente que a fabulosa *terra australis incognita* já fora achada. O termo, que significa «terra meridional desconhecida», tem origem nas contemplações do cartógrafo grego Cláudio Ptolemeu, aproximadamente no ano 150 d. C. Nos seus cálculos, entendia que, sendo

o mundo uma esfera, e em cima dela ficava a terra que ele conhecia, seria lógico que, para a impedir de cair, haveria terra por baixo. Parte deste raciocínio revelou-se acertada. A Austrália ainda é considerada na Europa «lá em baixo».

Os mapas de Cook estavam naturalmente mais atualizados do que os de Ptolemeu. Foi o primeiro europeu a desembarcar na costa leste. Aportou na Botany Bay, atualmente parte de Sydney, e ficou durante sete dias. À época, os primeiros encontros da tripulação com o povo local devem ter parecido um incidente menor; em retrospectiva, foi decisivo e arauto do que estava para vir. O coordenador científico de Cook mantinha um diário, intitulado «Journal of the Right Hon. Sir Joseph Banks during Captain Cook's first voyage in HMS *Endeavour* in 1768-71», e escreveu nele sobre o choque de civilizações e as diferenças entre povos: «Assim vivia, quase diria feliz, esse povo, contente com pouco, quase nada; afastado das ansiedades inerentes às riquezas, ou até à posse daquilo a que nós, europeus, chamamos artigos essenciais... Dele parecem tão pequenas as necessidades reais da natureza humana que nós, europeus, aumentámos a um excesso que, certamente, pareceria incrível a este povo, se lho pudéssemos mostrar!»

Este encontro não bastou para impedir Banks de recomendar posteriormente que a Botany Bay fosse o local para a Grã-Bretanha estabelecer uma colónia penal, sendo que a ideia visava aliviar a sobrelotação pavorosa das prisões, e também despachar criminosos para um lugar de onde nunca poderiam regressar. As implicações estratégicas de hastear a bandeira britânica a 17.000 quilómetros do centro do império também foram consideradas.

Aprestaram-se navios, reuniram-se condenados, carregaram-se mantimentos, e a primeira frota partiu de Portsmouth a 13 de maio de 1787, chegando a Botany Bay a 24 de janeiro de 1788. Os 11 navios transportavam cerca de 1500 almas, 730 condenados (570 homens e 160 mulheres) e restantes cidadãos livres, principalmente pessoal da marinha.

Após duas semanas, o encarregado, o governador Arthur Philip, decidiu que o local era imprestável para se instalarem e mudou tudo de armas e bagagens alguns quilómetros para norte, até ao que veio a ser o porto de Sydney. Na praia deste novo local, nessa terra assim reivindicada para a Coroa britânica, fez um discurso em que, conforme registado pelo cirurgião naval George Worgan, «o governador dava ordens rigorosas para não se ofender nem molestar os nativos em caso algum... deveriam ser tratados com amizade». Afinal, não se passou nada assim. O governador Philip

estava a lidar com os povos eora e darug, na região em redor de Sydney. Após o primeiro contacto, as incipientes interações basearam-se no comércio, mas os eora e os darug não sabiam que o objetivo daquela gente nova e estranha não era simples comércio, mas a sua própria terra.

Embora muitas gerações tenham considerado os aborígenes um único povo, há numerosos e diversos grupos e línguas pelo país fora, por exemplo, murri de Queensland, nunga na Austrália do Sul e palawa da Tasmânia, e todos se podem decompor em subgrupos. Estima-se que, em 1788, as populações contassem entre 250.000 e 500.000 almas, embora haja estimativas superiores. Estima-se que nas décadas seguintes, no mínimo, dezenas de milhares morreram naquilo que veio a ser uma guerra de fronteira e que durou até ao século xx.

Com a expansão das colónias à volta de Sydney, e outras que cresceram em Melbourne, Brisbane e na Tasmânia, também se assistiu ao avolumar das chamadas «guerras de fronteira». Os historiadores discordam quanto aos níveis de violência, mas estima-se que morreram cerca de 2000 colonos e muitas vezes esse número de aborígenes, tendo estes sofrido numerosos massacres. É uma triste história em que um lado considera o outro desprovido de direitos; com efeito, muitos colonos entendiam que os aborígenes não eram seres humanos.

Logo em 1856, a devastação das culturas ficou registada num artigo contundente escrito pelo jornalista Edward Wilson no jornal *Argus*, de Melbourne:

Em menos de 20 anos varremo-los praticamente da face da Terra. Fuzilámo-los como cães... Votámos tribos inteiras às agonias de uma morte lancinante. Fizemos deles bêbados, infetámo-los com doenças que apodreceram os ossos aos adultos e causámos às poucas crianças que nascem entre eles mágoa e tortura desde o momento em que nasceram. Fizemos deles proscritos na própria terra, e estamos rapidamente a destiná-los à mais completa aniquilação.

A desolação da sua existência continuou até aos séculos xix e xx, muito depois de cessar a carnificina. A partir de 1910, as crianças aborígenes das nações sobreviventes foram retiradas às suas famílias e educadas quer em casa de famílias brancas, quer em instituições estatais; em ambos os casos, a ideia era forçar a assimilação. Esta prática só acabou em 1970 e, chegada a essa época, a «Geração Roubada» contava mais de 100.000 pessoas. O direito

de voto nas eleições nacionais foi-lhes concedido em 1962, mas só em 1967 é que o povo aborígene foi formalmente reconhecido como parte da população australiana. Por referendo, a constituição foi alterada para permitir o recenseamento e, assim, maior acesso a recursos estatais. Nas palavras de Faith Bandler, ativista pelos direitos civis, em 1965 «os australianos devem registar os cães e o gado, mas não sabemos quantos aborígenes existem».

O referendo foi aprovado com maioria de 90 por cento numa participação de 93 por cento. Muitos consideram este voto um ponto de viragem, embora os efeitos práticos a curto prazo tenham sido limitados. Revelou uma vontade de expandir a igualdade, mesmo havendo um longo caminho a percorrer, numa batalha que dura até hoje. Homens e mulheres aborígenes tiram cursos universitários, entram na classe média e preenchem todos os aspetos da Austrália moderna; todavia, a sua esperança de vida é inferior à média nacional, e a incidência de doença crónica é maior, bem como a taxa de mortalidade infantil e de detenção. O desemprego, o alcoolismo e a doença assolam certas comunidades, juntamente com problemas psicológicos parcialmente decorrentes da alienação acentuada pelo êxodo das zonas rurais rumo às cidades, que teve início nos anos 70.

Foi gradual a mudança das atitudes face aos povos das «Primeiras Nações», e pautou-se em parte por etapas simbólicas. Nos anos 90, o nome do imenso monólito cor de ferrugem no deserto, Ayers Rock, passou para Ayers Rock/Uluru, a fim de reconhecer o nome original na língua do povo anangu, para o qual é um lugar sagrado e, em 2002, passou para Uluru/Ayers Rock. Em 2008, acusando a responsabilidade contínua por mais de 200 anos de devastação, repressão e negligência, o primeiro-ministro Kevin Rudd fez um pedido de desculpa formal aos povos aborígenes pelos abusos que tinham sofrido.

Malgrado todas as privações, a população aumentou no século xx. As estimativas dos anos 20 apontam para 60.000, ao passo que atualmente existem cerca de 800.000 povos aborígenes e ilhéus do estreito de Torres (eticamente diferentes dos aborígenes), centrados principalmente em Queensland, Nova Gales do Sul, Austrália Ocidental e Território do Norte. Perdeu-se a maioria das centenas de línguas faladas e, daquelas que sobrevivem, contam-se talvez 50.000 falantes de pelo menos uma delas.

A incursão dos colonos que causaram esta devastação pelo continente fora foi lenta mas inexorável. Chegavam cada vez mais navios do Reino Unido, principalmente de condenados, e a população branca aumentava em vários milhares a cada ano. Em 1825, os exploradores já tinham franqueado aquilo que se considerava ser uma barreira intransponível — as Montanhas Azuis a



oeste de Sydney — e descoberto que, além delas, ficava o imenso Outback. A população contava 50.000 pessoas; em 1851 já ascendera a cerca de 450.000, e o transporte penal diminuía significativamente, pois muitos dos recém-chegados eram imigrantes em busca de vida nova num novo mundo.

Chegaram a tempo da primeira corrida ao ouro na Austrália, que começou a transformar a sociedade australiana, com centenas de milhares vindos de fora para tentar a sorte. A maioria oriundos da Grã-Bretanha, mas também da China, América do Norte, Itália, Alemanha, Polónia e um sortido de outros países. Graças à «geração do ouro», a população da Austrália, além de atingir uns astronómicos 1,7 milhões em princípios dos anos 80 do século XIX, também começou gradualmente a ganhar diversidade étnica e cultural.

A loucura da primeira corrida ao ouro traduziu-se principalmente em jovens do sexo masculino a chegar à costa de Melbourne. Estes deram azo a um ambiente de «Oeste Selvagem», mas a prosperidade gradual também propiciou mudanças na natureza da imigração, atraindo artífices, negociantes e profissionais, como, por exemplo, contabilistas e advogados que começavam a chegar com as famílias.

Todos contribuíram para o incipiente carácter australiano, mas há uma teoria em como os «cavadores», como chamavam aos prospetores, fomentaram o engenho, o dinamismo e a simpatia pelos quais os australianos são famosos. Os preceitos sociais do Velho Mundo pouco ou nada importavam nas regiões inóspitas e lamacentas da prospeção, e o espírito dos cavadores, a um tempo independente e associativista, contribuiu para uma identidade com menos respeito do que antes pela autoridade colonial britânica.

Mais perto do século XX, a Austrália tornava-se um país moderno, embora composto por colónias que eram quase países separados; mantinham poucas relações formais entre si e preocupavam-se mais com os próprios sistemas económicos e políticos. As distâncias entre colónias comprovavam ser um desafio. Os rios, como já vimos, não se prestavam ao comércio e ao transporte, e assim inicialmente, para transportar alguma coisa por terra, era preciso arrastar tudo por carreiros toscos, à falta de bestas de carga. As primeiras redes de transporte concentraram-se em enviar mercadoria para o interior ou de volta à terra-mãe, o Reino Unido. Dado que cada região constituía uma colónia separada, não era prioritário ligá-las ao longo do litoral; assim, essas primeiras «rotas» levavam ao interior, mas não percorriam a costa, pelo menos não a distâncias significativas. Com opções tão limitadas, cada colónia continuou a desenvolver-se enquanto entidade separada.